



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2010.

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE - SEMA E A FEDERAÇÃO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ - FAEPA,
COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR AÇÕES
CONJUNTAS NO ÂMBITO DA GESTÃO
AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ.**

A **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, doravante denominada simplesmente **SEMA**, neste ato representado por seu Secretário **ANIBAL PESSOA PICANÇO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 1460237 SSP/PA e CPF/MF nº 166.708.842-49, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA e a **FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ**, doravante simplesmente denominada, **FAEPA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Travessa Dr. Moraes nº 21, neste ato representada por seu presidente, **CARLOS FERNANDES XAVIER**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 5.765.193 SSP/PA e CPF nº 017.341.845-00, residente e domiciliado nesta Capital,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à realização do Cadastro Ambiental Rural-CAR/PA emitido pela SEMA, documento de natureza declaratória do proprietário do imóvel rural, com vistas à regularização do ordenamento ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Através deste instrumento, a SEMA delega poderes a FAEPA para em conjunto ou isoladamente:

- I. Realizar a declaração do Cadastro Ambiental Rural - CAR para os produtores rurais, com base nas declarações dos interessados, cujas informações devem ser obtidas através de posicionamento em sistema de projeção cartográfica, a partir de coordenadas geográficas oriundas de Sistema de Posicionamento Global - GPS, para o registro eletrônico dos imóveis rurais junto à SEMA; e
- II. fornecer atestado digital de requerimento de regularização ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

Para a execução de ações e atividades que exijam condições específicas, as partes, em comum acordo, analisarão e, se for o caso, aprovarão projetos formalizados em Planos de TRABALHO específicos, que passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Planos de Trabalhos específicos deverão ter suas ações e atividades concluídas dentro do prazo de vigência deste Termo;

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à SEMA, no caso de paralisação parcial ou total das ações e atividades inerentes ao objeto deste instrumento e de seus desdobramentos, assumir de imediato a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do presente Termo, permanecendo cada parte responsável por suas respectivas obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À FAEPA caberá:

- a) designar um responsável técnico para acompanhar as ações necessárias à consecução do objeto deste Termo e de seus desdobramentos;
- b) apoiar e fornecer técnicos em número suficiente para realizar a declaração do Cadastro Ambiental Rural;
- c) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- d) elaborar juntamente com a SEMA os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- e) estabelecer, em comum acordo com a SEMA, parcerias para a execução das ações prioritárias a serem implementadas;
- f) colaborar na atuação das equipes técnicas na execução dos trabalhos necessários ao cumprimento deste Termo;
- g) oferecer apoio logístico segundo a sua disponibilidade e possibilidade;
- h) receber, da parte interessada, o pedido de inscrição no Cadastro Ambiental Rural- CAR, que deverá conter os seguintes dados cadastrais do proprietário e do imóvel rural, a saber: Pessoa Física (CPF e RG); Pessoa Jurídica (CNPJ, CPF e RG dos sócios); endereço para correspondência, município de localização do imóvel e coordenadas geográficas;
- i) Para os imóveis localizados nos municípios embargados pelo desmatamento, de acordo com o Decreto Federal nº 6321, de 21/12/2007, fica obrigado o declarante, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de inscrição no CAR-provisório, cumprir as demais exigências para o requerimento do Licenciamento Ambiental Rural – LAR;
- j) as informações para declaração do CAR serão recepcionadas pelos Sindicatos de Produtores Rurais vinculados à FAEPA, sendo de exclusiva responsabilidade do proprietário do imóvel rural as informações prestadas para o devido fim.

- k) solicitar do produtor e apresentar à SEMA o Termo de Compromisso de Responsabilidade civil e penal das informações prestadas pelo proprietário do imóvel rural;
- l) realizar os procedimentos para a emissão do CAR-PA provisório, que será efetuado em campo específico disponibilizado no site da SEMA, na rede mundial de computadores (INTERNET). Ao final do cadastramento será fornecido certificado impresso contendo inscrição única, com número em ordem sequencial, que será vinculado ao imóvel rural, independente de transferência de propriedade, posse, domínio ou ocupação;

II – A SEMA caberá:

- a) indicar um representante para ser o responsável pelo acompanhamento das atividades ligadas ao objeto deste Termo;
- b) fornecer dados, informações e apoio técnico necessários à execução do objeto pactuado;
- c) orientar e supervisionar as ações objeto deste Termo;
- d) elaborar juntamente com FAEPA os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- e) participar diretamente na execução dos projetos e atividades, avaliando seus resultados e reflexos;
- f) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- g) oferecer apoio técnico às ações previstas, inclusive treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Termo;
- h) disponibilizar no sítio oficial da SEMA campo específico para inscrição no CAR, de acordo com o presente Termo, sem a obrigatoriedade de responsável técnico com ART credenciado no CTDAM;
- i) recepcionar os registros do CAR, encaminhados pela FAEPA;
- j) utilizar as informações técnicas geradas pela FAEPA exclusivamente para fins de regularização e ordenamento ambiental.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes. O desempenho de atividades que requeiram repasse ou transferência de recursos financeiros públicos entre as partes implicará na elaboração de instrumentos específicos, conforme disposto na IN/STN nº 01/97, como planos de trabalho, cronogramas de desembolso e a posterior apresentação de relatório com a respectiva prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

O pessoal utilizado pelos Partícipes na execução deste Termo, na condição de servidor, empregado, autônomo, empreiteiro ou a qualquer outro título, nenhuma vinculação ou direito terá em relação à outra Parte, ficando a cargo exclusivo da respectiva Parte a integral

responsabilidade no que concerne aos seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LOGÍSTICA

Para a execução deste Termo de Cooperação Técnica serão empregados os bens, materiais e equipamentos pertencentes a cada partícipe.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS

Não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelas partes para o cumprimento deste Termo, devendo os mesmos ser restituídos de imediato à parte proprietária no caso de rescisão, denúncia ou ao fim da vigência deste, salvo expressa disposição escrita em contrário, firmada em termo aditivo ou em plano de trabalho específico.

CLÁUSULA NONA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente à outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Os partícipes não poderão subcontratar terceiros para executar tarefas cujas atribuições sejam de exclusiva execução por servidores públicos, como a emissão de atestados ou certidões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

Em qualquer divulgação, promoção ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades objeto do presente Termo será obrigatoriamente destacada a participação do Estado do Pará e da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA, e essas ações deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica entra em vigor na data de sua publicação pelo período de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado se as partes assim o desejarem, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá, mediante concordância das partes e quando necessário, ser aditado para incluir obrigações comuns decorrentes do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas, devendo para tanto haver notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Qualquer dos Partícipes poderá denunciar o presente Termo, independente da ocorrência de quaisquer motivos e sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, de 60 (sessenta) dias, resguardados os projetos em andamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nos casos de rescisão ou denúncia, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos de comum acordo para que se atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial do Estado pela SEMA, no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

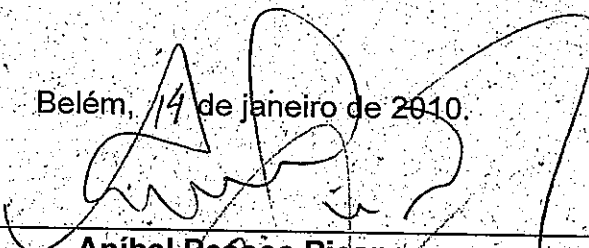
Os casos omissos ao presente termo, poderão ser resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecendo à legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

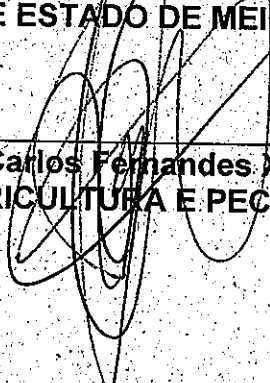
Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, na presença das testemunhas que o subscreveram, para todos os efeitos legais.

Belém, 14 de janeiro de 2010.


Aníbal Pessoa Picanço
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

Aníbal Pessoa Picanço
Secretário de Estado de
Meio Ambiente
SEMA/PA


Carlos Fernandes Xavier
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ – FAEPA

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
CPF:

2. Nome:
CPF:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

FLS. _____

BELEM, 19 / 02 / 2010

PROCESSO Nº _____

INTERESSADO _____

ao gabinete (Márcia Rufato)

Para conhecimento da publicação realizada.

Luiz Neto
Luiz Correa de Souza Neto
Assistente de Infra-Estrutura
Mat.: 572146721

18/02/2010

E encaminhado uma via à FAEPA através
de Ofício.

Arquivar na pasta Termo de Coop.
Técnica.

DIÁRIO OFICIAL Nº. 31607 de 18/02/2010

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº001/2010.

Número de Publicação: 70532

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº001/2010.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE - SEMA E A FEDERAÇÃO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ -
FAEPA, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR
AÇÕES CONJUNTAS NO ÂMBITO DA
GESTÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ.

A **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, doravante denominada simplesmente **SEMA**, neste ato representado por seu Secretário ANIBAL PESSOA PICAÑO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 1460237 SSP/PA e CPF/MF nº 166.708.842-49, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA e a **FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ**, doravante simplesmente denominada, **FAEPA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Travessa Dr. Moraes nº 21, neste ato representada por seu presidente, CARLOS FERNANDES XAVIER, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 5.765.193 SSP/PA e CPF nº017.341.845-00, residente e domiciliado nesta Capital,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à realização do Cadastro Ambiental Rural-CAR/PA emitido pela SEMA, documento de natureza declaratória do proprietário do imóvel rural, com vistas à regularização e ao ordenamento ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Através deste instrumento, a SEMA delega poderes a FAEPA para em conjunto ou isoladamente:

- I. Realizar a declaração do Cadastro Ambiental Rural – CAR para os produtores rurais, com base nas declarações dos interessados, cujas informações devem ser obtidas através de posicionamento em sistema de projeção cartográfica, a partir de coordenadas geográficas oriundas de Sistema de Posicionamento Global - GPS, para o registro eletrônico dos imóveis rurais junto à SEMA; e
- II. fornecer atestado digital de requerimento de regularização ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

Para a execução de ações e atividades que exijam condições específicas, as partes, em comum acordo, analisarão e, se for o caso, aprovarão projetos formalizados em Planos de TRABALHO específicos, que passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Planos de Trabalhos específicos deverão ter suas ações e atividades concluídas dentro do prazo de vigência deste Termo;

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à SEMA, no caso de paralisação parcial ou total das ações e atividades inerentes ao objeto deste instrumento e de seus desdobramentos, assumir de imediato a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do presente Termo, permanecendo cada parte responsável por suas respectivas obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À FAEPA caberá:

- a) designar um responsável técnico para acompanhar as ações necessárias à consecução do objeto deste Termo e de seus desdobramentos;
- b) apoiar e fornecer técnicos em número suficiente para realizar a declaração do Cadastro Ambiental Rural;
- c) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- d) elaborar juntamente com a SEMA os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- e) estabelecer, em comum acordo com a SEMA, parcerias para a execução das ações prioritárias a serem implementadas;
- f) colaborar na atuação das equipes técnicas na execução dos trabalhos necessários ao cumprimento deste Termo;
- g) oferecer apoio logístico segundo a sua disponibilidade e possibilidade;
- h) receber, da parte interessada, o pedido de inscrição no Cadastro Ambiental Rural- CAR, que deverá conter os seguintes dados cadastrais do proprietário e do imóvel rural, a saber: Pessoa Física (CPF e RG); Pessoa Jurídica (CNPJ, CPF e RG dos sócios), endereço para correspondência, município de localização do imóvel e coordenadas geográficas;
- i) Para os imóveis localizados nos municípios embargados pelo desmatamento, de acordo com o Decreto Federal nº 6321, de 21/12/2007, fica obrigado o declarante, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de inscrição no CAR-provisório, cumprir as demais exigências para o requerimento do Licenciamento Ambiental Rural – LAR;

- j) as informações para declaração do CAR serão recepcionadas pelos Sindicatos de Produtores Rurais vinculados à FAEPA, sendo de exclusiva responsabilidade do proprietário do imóvel rural as informações prestadas para o devido fim;
- k) solicitar do produtor e apresentar a SEMA o Termo de Compromisso de Responsabilidade civil e penal das informações prestadas pelo proprietário do imóvel rural;
- l) realizar os procedimentos para a emissão do CAR-PA provisório, que será efetuado em campo específico disponibilizado no site da SEMA, na rede mundial de computadores (INTERNET). Ao final do cadastramento será fornecido certificado impresso contendo inscrição única, com número em ordem seqüencial, que será vinculado ao imóvel rural, independente de transferência de propriedade, posse, domínio ou ocupação;

II – A SEMA caberá:

- a) indicar um representante para ser o responsável pelo acompanhamento das atividades ligadas ao objeto deste Termo;
- b) fornecer dados, informações e apoio técnico necessários à execução do objeto pactuado;
- c) orientar e supervisionar as ações objeto deste Termo;
- d) elaborar juntamente com FAEPA os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- e) participar diretamente na execução dos projetos e atividades, avaliando seus resultados e reflexos;
- f) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- g) oferecer apoio técnico às ações previstas, inclusive treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Termo;
- h) disponibilizar no sítio oficial da SEMA campo específico para inscrição no CAR, de acordo com o presente Termo, sem a obrigatoriedade de responsável técnico com ART credenciado no CTDAM;
- i) recepcionar os registros do CAR encaminhados pela FAEPA;
- j) utilizar as informações técnicas geradas pela FAEPA exclusivamente para fins de regularização e ordenamento ambiental.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes. O desempenho de atividades que requeiram repasse ou transferência de recursos financeiros públicos entre as partes implicará na elaboração de instrumentos específicos, conforme disposto na IN/STN nº 01/97, como planos de trabalho, cronogramas

de desembolso e a posterior apresentação de relatório com a respectiva prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

O pessoal utilizado pelos Partícipes, na execução deste Termo, na condição de servidor, empregado, autônomo, empreiteiro ou a qualquer outro título, nenhuma vinculação ou direito terá em relação à outra Parte, ficando a cargo exclusivo da respectiva Parte a integral responsabilidade no que concerne aos seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LOGÍSTICA

Para a execução deste Termo de Cooperação Técnica serão empregados os bens, materiais e equipamentos pertencentes a cada partícipe.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS

Não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelas partes para o cumprimento deste Termo, devendo os mesmos ser restituídos de imediato à parte proprietária no caso de rescisão, denúncia ou ao fim da vigência deste, salvo expressa disposição escrita em contrário, firmada em termo aditivo ou em plano de trabalho específico.

CLÁUSULA NONA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente à outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Os partícipes não poderão subcontratar terceiros para executar tarefas cujas atribuições sejam de exclusiva execução por servidores públicos, como a emissão de atestados ou certidões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

Em qualquer divulgação, promoção ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades objeto do presente Termo será obrigatoriamente destacada a participação do Estado do Pará e da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA, e essas ações deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica entra em vigor na data de sua publicação pelo período de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado se as partes assim o desejarem, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá, mediante concordância das partes e

quando necessário, ser aditado para incluir obrigações comuns decorrentes do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas, devendo para tanto haver notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Qualquer dos Partícipes poderá denunciar o presente Termo, independente da ocorrência de quaisquer motivos e sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, de 60 (sessenta) dias, resguardados os projetos em andamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Nos casos de rescisão ou denúncia, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos de comum acordo para que se atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial do Estado pela SEMA, no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo, poderão ser resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecendo à legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, na presença das testemunhas que o subscreveram, para todos os efeitos legais.

Belém, 14 de janeiro de 2010.

Aníbal Pessoa Picanço
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

Carlos Fernandes Xavier
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ - FAEPA